

Dialogia

Revista do Departamento de Educação
Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE Out/2003 v.2

Entrevista

“As Ciências Humanas no
Brasil e a formação do
pensamento nacional”

com Fernando Novais

*por Eduardo Santos, Elaine Lourenço,
Fábio Franzini e Geraldo Alves*

e Bertha Becker

por Eduardo Santos e Márcia Cabreira

Fernando Novais – um caso de amor à História

Autor do clássico *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, Fernando Antônio Novais é, há muito tempo, um dos nomes mais relevantes da historiografia e das Ciências Humanas brasileiras. Em 1958, graduou-se em História pela Universidade de São Paulo (USP), mesma instituição em que inicia, ainda em 1957, sua carreira docente, como auxiliar da Prof^a. Alice Piffer Cannabrava, catedrática de História Econômica na Faculdade de Economia. Em 1961, tornou-se assistente do Professor Eduardo d'Oliveira França, já no Departamento de História, onde se doutorou em 1973 (com a tese que, anos depois, se transformaria no livro supracitado), e permaneceu como docente de História Moderna até se aposentar, em 1986.

A aposentadoria na USP, porém, não significou sua retirada da sala de aula, tanto da graduação quanto da pós-graduação: no mesmo ano, passou a lecionar no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o que continua a fazer até os dias de hoje. Ao longo desse percurso, orientou e formou inúmeros mestres e doutores, muitos deles também de grande projeção em nossos meios acadêmicos, além de ter passado, como professor ou palestrante, por inúmeras Universidades no Brasil e no exterior, dentre as quais se destacam a do Texas, de Minnesota, Columbia, Yale, Lisboa, Porto, Sevilha, Louvain e Paris.

Autor de poucas obras, o Professor Novais disse recentemente que “escrever pouco tem uma compensação, pois eu me leio com algum prazer. Nunca me ocorreu renegar o que escrevi; gosto do que escrevo. Se

há uma coisa que pode ser renegada cinco anos depois, então não devia ter sido escrita”. Impossível negar-lhe a razão: pouco depois de defender o doutorado, a publicação de um capítulo da tese (o texto “Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial”) nos *Cadernos CEBRAP*, em 1974, causou grande impacto aos estudiosos da época, que reconheceram de imediato estar diante de um trabalho inovador nos estudos do Brasil colonial e de suas relações com a metrópole. Para dizer pouco, basta notar que a própria idéia, senão conceito, de ‘antigo sistema colonial’ — hoje um ‘ponto’ obrigatório para o estudo da colonização da América portuguesa — foi lançada nesse artigo; mais tarde, a publicação da tese só fez confirmar sua profundidade e importância, tornando-se o centro de um dos mais intensos e acalorados debates da historiografia nacional nas décadas de 70 e 80. Nos dias que correm, o livro, mesmo considerando todas as críticas que lhe são pertinentes, permanece como referência

fundamental para a compreensão dos três séculos de dominação portuguesa em terras americanas.

A mesma marca de seriedade, rigor e inovação aparece em seu último trabalho, em que dirigiu a equipe de historiadores responsável pelos textos dos quatro volumes da *História da Vida Privada no Brasil*. Além de diretor, foi também autor da Apresentação da coleção e dos textos “Condições da privacidade na colônia” (publicado no Volume 1) e, com João Manuel Cardoso de Mello, “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna” (publicado no Volume 4).



Dialogia – Como se pode caracterizar, historicamente, o papel e a presença dos cientistas das áreas de Humanidades na formação do pensamento nacional, ou de um pensamento nacional?

Fernando Novais – Não é fácil dizer o que é pensamento nacional. Pensamento nacional pode ser entendido como o que se faz, o que se pensa no Brasil, mas é claro que não é só isso. Normalmente, quando se fala em pensamento nacional, pensa-se no que se pensa, no Brasil, sobre a nação. Obviamente, o que se pensa no Brasil sobre a nação é elaboração não só dos cientistas sociais ou dos historiadores, mas também dos filósofos, literatos, jornalistas. Até cientistas da área das exatas gostam de dar palpite sobre esses assuntos; alguns desses cientistas até entendem muito do assunto: Euclides da Cunha, por exemplo, era engenheiro. O que vale a pena discutir é que os cientistas das chamadas humanidades, entre eles os historiadores, têm um papel de destaque na interpretação do Brasil. Mais que isso, eu diria que uma das características da participação dos cientistas sociais e dos historiadores na formação do pensamento nacional, e isso é específico do Brasil, é sua atenção à questão da identidade nacional. O Brasil é um dos países que têm verdadeira obsessão pelos estudos de formação, o que pode ser atribuído, de certa maneira, à nossa origem colonial. Para tomar o exemplo de nossa antiga metrópole, Portugal era um feudo que virou reino e, depois, foi-se transformando em Estado e constituindo

uma nação. Isso é muito diferente de uma colônia se separar da metrópole e virar uma nação. A identidade nacional, assim, torna-se o grande enigma (veja-se o *Macunaíma*, de Mario de Andrade) e o grande desafio ao pensamento nacional.

Dialogia – Como estamos enfocando os intelectuais das chamadas ciências humanas e sociais, cabe perguntar: o fato de, no Brasil, a instituição da vida acadêmica ter sido tardia nos dá alguma peculiaridade em relação aos contextos norte-americano e europeu?

Fernando Novais – Sim, porque a Universidade tem seu papel na formação do pensamento nacional. No âmbito acadêmico, nossa peculiaridade, no caso das humanidades, está na relação entre a História e as Ciências Sociais. Como, no Brasil, a maturação das Ciências Sociais, entre fins do século XIX e início do XX, não se dá no âmbito da Universidade (até porque ela ainda não existe nesse momento), elas acabaram por se impor sobre a História, ao contrário do que acontece em outros ambientes. Se formos examinar de modo comparativo, veremos que, nas Universidades norte-americanas, os departamentos de Ciências Sociais e de História predominam e praticamente se equivalem; na França, não há dúvida nenhuma, a História dá o tom; na Alemanha, a hegemonia é da Filosofia, mas com a História logo a seguir. Agora, o que também nos torna peculiares é o fato de termos, no Brasil, três tipos de

Universidade: a pública, a confessional e a privada, cada qual com fundamentação e interesses diferentes (quando não divergentes), e que se sustentam, ou pelo Estado, ou pelas mensalidades dos alunos. Não existe Universidade americana que viva de mensalidade dos alunos. A Universidade de Harvard, por exemplo, tem uma mensalidade caríssima, mas que cobre apenas 20% de seu orçamento; o restante vem da captação de recursos por meio de fundações privadas, que doam dinheiro para as Universidades em troca de dedução no imposto de renda. A Biblioteca Central de Princeton chama-se Firestone Library, algo que muito me incomodou quando a visitei. Afinal, onde já se viu dar nome de pneu para biblioteca? No entanto, a Firestone tem orgulho de financiar a biblioteca e não pergunta quanto dinheiro tem de dar, simplesmente cobre a fatura no fim do ano, para ver se consegue cumprir tudo o que tem direito de descontar no imposto de renda. E se não consegue, faz outra coisa em prol da Universidade. Isso não existe no Brasil.

Dialogia – Ainda sobre a formação de um pensamento nacional: a experiência e a circulação internacional dos nossos intelectuais, por meio de simpósios, encontros, seminários, por exemplo, são importantes para a elaboração do pensamento nacional?

Fernando Novais – Claro, são muito importantes. Brasil, América Latina, EUA e França têm contextos intelectuais

diferentes, e a circulação possibilita romper fronteiras não só geográficas, mas também disciplinares. Veja, por exemplo, as origens da Teoria da Dependência, formulada entre os anos 60 e 70. Há também o lado negativo desse trânsito, quando pessoas menos dotadas começam a fazer imitação, mas isso é fatal, quer dizer, a culpa não é da circulação internacional. Certa vez um amigo, cientista político, havia feito uma análise das eleições e me perguntou o que achei. Respondi que estava tudo certo e tudo errado também. Tudo certo, porque ele elaborou e analisou estatísticas e aplicou os critérios da ciência política ao evento: candidatos, partidos, programas, campanha, resultado da eleição; tudo errado, porque isso não vale para o Brasil, onde não se vota por causa de campanha nem em razão de programa. Para estabelecer a relação entre candidato, partido, programa e campanha, ele pensou em três tipos de voto: o ‘de cabresto’, ou tradicional, o de massa e o ideológico, ou de opinião, todos de acordo com os conceitos da ciência política. Só que, no Brasil, somados os três tipos, não temos 20% do eleitorado; 80% dos eleitores não votam nem de cabresto, nem na massa, nem por ideologia. Como é que vota, então? Não sei, disse a ele, você como cientista político é que tem de responder isso. Sabe o que eu acho? Vota porque cismou de votar. O brasileiro vota por uma cisma, como dizia o saudoso professor França. Assim, está tudo certo, você é um grande cientista político, você vai ser um acadêmico, mas a sua análise não tem nada a ver com o que aconteceu na eleição do Brasil.

Dialogia – Entrando no campo de atuação dos profissionais das ciências humanas no Brasil, com toda essa revolução, essas mudanças, qual a perspectiva?

Fernando Novais – Também aí há uma diferença entre os historiadores e os cientistas sociais. Nas ciências sociais houve, da Universidade para cá, uma crescente profissionalização e modernização, como se vê na *História das Ciências Sociais no Brasil*, dirigida por Sérgio Miceli. É por meio da Universidade que ocorre a profissionalização do sociólogo, o que é uma vitória. Não mais se entende que alguém vá falar de sociologia sem estar formado. Houve uma profissionalização e, de modo crescente, uma participação dos cientistas sociais, seja na esfera privada, seja como professores. Por exemplo, há setores das ciências sociais que se profissionalizaram faz tempo, como é o caso do trabalho ligado ao *marketing*, à pesquisa de mercado, à pesquisa de opinião. A História também se profissionalizou, mas ainda não se consolidou a ponto de essa profissionalização se tornar socialmente aceita. As pessoas acham que o sujeito pode se improvisar como historiador. Ninguém vai dizer que um jornalista que escreve biografias é um grande sociólogo, ou um grande cientista político, mas o vêem como historiador. Apesar disso, eu não sou pessimista. Acho que houve uma implantação das Ciências Sociais no Brasil, houve uma modernização. Ela está aquém

do que a gente gostaria que fosse, mas houve a profissionalização.

Dialogia – Quanto ao diálogo entre intelectuais das humanidades e a sociedade brasileira, o senhor entende que os intelectuais são reconhecidos socialmente, são formadores de opinião, ou se encontram reféns do mercado ou da mídia?

Fernando Novais – Sempre há esse problema. Sempre algum impacto da mídia sobre o intelectual é fatal. No Brasil (não sei se o mesmo ocorre em outros países da América Latina), a dependência do intelectual em relação à mídia é maior, como é maior o lado negativo dessa relação. Aqui, a intelectualidade, via de regra, se submete à mídia, porque precisa.

Dialogia – Mas precisa disso para expor posições ou expor o seu ego?

Fernando Novais – Ambas as coisas. Veja, nos Estados Unidos, você faz uma tese, e se ela for defendida na Universidade e cada uma das outras Universidades comprar um exemplar, já está paga a edição, não dá prejuízo. É claro que uma Universidade não vai pagar mais uma edição, então é preciso aparecer, e a mídia é o caminho. Se existe a possibilidade de aparecer na televisão, é uma loucura, as pessoas se submetem, morrem para ir à televisão.

Dialogia – De todo modo, os intelectuais das ciências humanas são ainda, com ou

sem mídia, formadores de opinião no Brasil?

Fernando Novais — Há que notar duas coisas. Existe uma maneira de formar opinião pública, por meio do trabalho acadêmico e das discussões a ele relacionadas, que influencia o formador de opinião pública. Uma reunião como a da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), ou a da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ganha um espaço no noticiário que, se não é muito grande, também não é muito pequeno. O mais importante, porém, não é isso, e sim o fato de que há pessoas acompanhando e discutindo tais eventos, e isso, mesmo de modo difuso, exerce influência sobre a opinião pública. É uma influência indireta, mas uma influência. Por outro lado, há também uma influência direta, que é menor e se dá via certos programas de debate, como “Roda Viva”, da TV Cultura, embora eu não goste desses programas e da maneira pela qual eles normalmente se organizam.

Dialogia — Como o senhor caracterizaria, em linhas gerais, as transformações da História dentro do meio acadêmico brasileiro ao longo do último meio século?

Fernando Novais — Se pensarmos no prestígio da História no quadro das Ciências Humanas, ela é uma das disciplinas mais estáveis em um contexto que, da década de 30 aos dias de hoje,

caracteriza-se por grandes mudanças. O próprio prestígio das Humanidades mudou muito ao longo desse período. Por exemplo, nos anos 60, a Sociologia era a rainha das Ciências Humanas; nos anos 70 para os 80, era a Economia; a partir da década de 80, são as Comunicações. A História nunca foi *top*, mas também nunca esteve em baixa. Isso tem relação com o fato de que a História é muito mais antiga do que as outras ciências, ou disciplinas. Na verdade, é muito mais antiga do que as ciências em geral, ela antecede as ciências. A História como discurso, como narrativa dos acontecimentos, é tão antiga que tem até uma musa, Clio. Ora, ciências não têm musa, só têm musa as artes, como a música (aliás, a palavra música já tem musa). A história, entretanto, tem musa. Agora, para além do prestígio, é importante notar que, nos últimos anos, há uma grande e renovadora produção historiográfica no Brasil, que configura um bom momento da nossa historiografia.

Dialogia — Se, como o senhor afirmou, a História é um domínio de saber muito específico, anterior à própria Ciência, como se estabelece a relação entre as duas? Ou, de forma mais específica, existe cientificidade na História?

Fernando Novais — A antiguidade da História lhe traz vantagens e desvantagens. O principal problema talvez seja que nem sempre se levam em conta as implicações dessa afirmação, e algumas delas são muito importantes. Por exemplo: pode-se

entender o impacto que tem o aparecimento das Ciências Sociais sobre a História, mas não o contrário. A partir do momento em que aparecem as Ciências Sociais – fim do século XVIII e início do XIX –, o ofício do historiador muda consideravelmente. Outra coisa é que a história não decorre das mesmas demandas que as das outras Ciências Sociais. Pode-se pensar que o aparecimento da Economia como Ciência Social, no século XVIII, liga-se à Revolução Industrial, ao desenvolvimento do Capitalismo; pode-se pensar que a Sociologia, entre o fim do século XIX e o início do século XX, liga-se à mudança do padrão de sociabilidade posto pela nova sociedade urbana e industrial; pode-se ligar a Antropologia ao imperialismo, ao colonialismo, o que não quer dizer que os antropólogos sejam todos agentes da CIA, não é isso, mas que existe uma ligação, existe. A História, porém, não se reduz a nada disso: não havia imperialismo, burguesia, capitalismo, não havia coisíssima nenhuma e a História já estava lá. Por outro lado, se a História tem prestígio, ela não tem o mesmo grau de objetividade que as demais ciências - ela é a menos científica das ciências. Lucien Febvre, um dos maiores historiadores de todos os tempos, criador dos *Annales*, tem uma frase que é fantástica: “Só há uma lei histórica: não há nenhuma lei histórica”.

Outra característica da História é que seu campo não é delimitado; por isso, todo mundo acha que pode fazer História. Um médico acha que pode fazer história da

medicina, um matemático acha que pode fazer história da matemática, é uma coisa fantástica. Não há como mudar isso, mas, ao menos, tem-se o consolo de que, daqui a dez anos, ninguém mais ouvirá falar de tais trabalhos. Participei certa vez de um seminário de História da Ciência no qual ouvi a exposição de um matemático – um grande intelectual da sua área – sobre a história da Matemática. Quando me perguntaram o que achei da fala, disse que era muito boa, mas que aquilo não tinha nada a ver com a história da Matemática. Afinal, ele pegou uma questão matemática elaborada no século XIII, na Ilha da Sicília, apresentou o que Fulano de Tal pensou sobre tal problema à época e, depois, fez um salto no tempo até chegar ao século XX, em Berkeley, Califórnia, e à sua própria resolução do problema, isto é, até chegar a ele mesmo! Ortega y Gasset dizia gostar muito dos livros de história da arte, que são todos muito bonitos, que as reproduções são muito boas e que, por isso, tinha apenas duas observações a fazer sobre eles: que os autores de tais obras até podiam entender alguma coisa de arte, mas de História eles não tinham a mais leve idéia do que podia ser; justamente por isso, todos esses livros deveriam tirar a palavra história de seus títulos.

Dialogia – Qual o sentido do trabalho do historiador, então?

Fernando Novais – Sem dúvida, há uma mudança no discurso dos historiadores ao longo dos séculos XIX e XX, mas existe

também uma continuidade. Entre os cronistas da Idade Média ou mesmo entre os chamados historiadores da Grécia e os historiadores modernos, há diferenças e semelhanças, continuidade e ruptura, e nada assegura dizer que o que mudou é mais importante do que o que continuou. No fundo, o objetivo é sempre o mesmo, é tentar recompor a vida, o que, por ser algo impossível, transforma a História em uma utopia. A História como discurso é uma utopia, mas é isso que a torna bela, a idéia de tentar recompor a vida, fragmentos da vida humana em forma de texto. O que diferencia, fundamentalmente, a história antiga da historiografia moderna é que esta acha que para recompor precisa explicar, mas a explicação não é o objetivo

do historiador. O objetivo do historiador é o revivescimento, ao contrário do sociólogo, por exemplo, que recompõe para explicar. Tomemos dois livros sobre o mesmo assunto, um escrito por um sociólogo, e o outro, por um historiador: por exemplo, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, do Fernando Henrique Cardoso, e *Da Senzala à Colônia*, da Emília Viotti da Costa. Ambos são marxizantes, ambos chegam a conclusões não muito diferentes, mas cada texto deixa evidente quem é o historiador e quem é o sociólogo. Obviamente, não se trata de dizer que um é melhor que o outro, e sim de, uma vez mais, reforçar a especificidade do nosso trabalho e seu próprio sentido.